



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE ARTICULAÇÃO E CONTRATOS
COORDENAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS
DIVISÃO DE AVALIAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS
SBS QUADRA 2 – BLOCO F – EDIFÍCIO FNDE – 1º ANDAR - CEP 70.070-929
TEL: (61) 2022-5277/5230/4377

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 5/2014

Mobiliário Escolar

Data: 29/04/2014 – terça-feira

Horário: 09h00 às 14h00 horas

Endereço: Auditório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco L, Lote 06 – Auditório do Espaço Anísio Teixeira.

Objetivo: Esclarecer aos interessados os principais aspectos dos processos de aquisições públicas e para levantar subsídios para a definição de especificações técnicas do **Mobiliário Escolar**, com a finalidade de atendimento às instituições das redes públicas de ensino nos Municípios, nos Estados e no Distrito Federal. A presente ata conterà os principais pontos tratados no decorrer da audiência, uma vez que, a audiência da referida audiência, a lista de presença dos participantes, a apresentação sobre o Registro de Preços Nacional e a apresentação técnica das especificações preliminares estão disponíveis no Portal de Compras do FNDE <http://www.fnde.gov.br/portaldecompras/index.php/editais/audiencias-publicas/audiencia-publicas-2014/item/821-audiencia-publica-n-07-2014-instrumentos-musicais-e-equipamentos> e no Processo Administrativo nº 23034.005184/2014-16, Facilitando assim, o acesso e a consulta dos interessados.

Desenvolvimento: A audiência foi presidida pela Diretora de Administração, Leilane Mendes Barradas, que iniciou por agradecer a presença de todos, enaltecendo a participação de representantes de Secretarias Municipais de Educação, conforme lista de presença. Enfatizou a importância da realização da audiência pública pela oportunidade de esclarecer todo o processo licitatório realizado pelo FNDE, aprimorando, assim, as especificações técnicas. Ressaltou que o FNDE ao realizar todo o processo licitatório, por pregão eletrônico, na modalidade de registro de preços, cumpre uma das finalidades de prestar assistência técnica aos municípios, devido à complexidade do processo. Dando continuidade, explanou sobre os procedimentos adotados no Registro de Preços Nacional, discorrendo sobre a finalidade de cada processo (Demanda, 1ª Proposta de Especificação Padronizada, Estudo de Mercado, Audiência Pública, Pregão Eletrônico, Utilização pelos Municípios, Estados, Instituições Federais e Distrito Federal, e por fim, o Controle de Qualidade). Enalteceu que o fornecedor registrado é obrigado a atender aos pedidos realizados pelos beneficiários (entes estaduais, municipais e Distrito Federal), tendo em vista que não são considerados como órgãos não participantes, desde que atendidas às condições qualitativas e quantitativas previstas no Edital, considerando

o disposto na Lei 12.816 de 05 de junho de 2013, acerca dos programas educacionais no âmbito do FNDE. Citou a importância do Controle de Qualidade por ser uma etapa inovadora nos processos de compras do FNDE. O monitoramento se dará em três etapas: a primeira – avaliação protótipo/amostras: consiste em verificar a conformidade do produto em relação ao Edital do FNDE antes da homologação da licitação; a segunda etapa - monitoramento da produção: consiste na avaliação do produto no decorrer da vigência da ata de registro de preços, podendo ser por meio de visitas técnicas, apresentação de certificados, relatórios e pesquisa de satisfação junto aos contratantes e a terceira etapa – monitoramento de uso e conservação: consiste na avaliação do uso quanto à distribuição dos produtos de forma adequada de acordo com as estatutas dos usuários e necessidade da sala e conservação dos produtos segundo orientações do manual. Dando continuidade, informou a quantidade de visitas técnicas realizadas em seis empresas do Pregão Eletrônico nº 16/2013, apresentando os principais problemas identificados no processo de produção: Produção/distribuição realizadas sem o monitoramento; Produtos em produção sem a Certificação do Inmetro; Componentes plásticos de diversos fabricantes. Quanto ao produto as não conformidades mais evidenciadas foram cordões de solda; descontinuidade e porosidade; tinta: respingos originados do processo de soldagem e arranhões; assentos: trincas em função do rebite; embalagens e limpeza; vao livre do porta livros e dimensionais. Ressaltou que, devido a não utilização por parte das unidades da federação dos recursos federais, o FNDE está viabilizando outra forma mais eficiente para a utilização desses recursos. A instituição deverá gerar o contrato, que depois de finalizado, é automaticamente enviado ao fornecedor que imprime, assina e encaminha por sedex à instituição para ser inserido no SIMEC. Após disso, o FNDE, repassa o recurso de transferência direta à instituição para a devida quitação do contrato. Passou a palavra ao senhor Ricardo Grisólia da Fundação de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo – FDE/SP que iniciou a apresentação técnica, informando que o sucesso do projeto se deve a participação coletiva de três agentes, a saber: o FNDE por intermédio de um acordo de cooperação técnica entre o governo federal e o governo de São Paulo-SP, à época eram opositores de partidos políticos, mas que perceberam que a educação brasileira estava acima de qualquer interesse partidário; os fabricantes de mobiliário, que a maioria está presente nesta audiência e o INMETRO, que como órgão regulador de certificação de produtos e laboratórios dão suporte legal aos produtos. Em seguida, informou que gostaria de fazer toda a explanação, para em seguida, abrir o espaço para as contribuições dos presentes. Apresentou o Conjunto Aluno FDE-FNDE Certificado. Exibiu as alterações de projeto e de processo em que constam os objetivos e resultados: aperfeiçoamento progressivo e contínuo; melhoria dos processos de produção; desenvolvimentos no setor produtivo; melhorias no projeto aquisição e troca de experiências entre os agentes. Sobre as tolerâncias dimensionais de projeto: flexibilização das tolerâncias dimensionais de elementos do mobiliário para salas de aula; assento injetado: alteração da aleta frontal para melhoria da fixação do assento à estrutura e adequação da furação da estrutura. Para a fita de bordo é necessário à flexibilização para outras matérias primas; o aumento dos controles de qualidade na produção dos tampos; melhoria da colagem e acabamento na terminação e homologação de cores – referências *Pantone*. O desenvolvimento do tampo injetado surgiu como opção alternativa. Foram atribuídos ao tampo injetado os seguintes atributos: opção alternativa ao tampo em MDP ou MDF para os conjuntos aluno; total compatibilidade com a estrutura da mesa dos conjuntos aluno; resistência à umidade e minimização de processos manuais. A mesa acessível MA-02 diferente da atual MA-01 teria as seguintes características: eliminação do porta livros para redução da altura do tampo de

820mm para 760mm; altura livre sob o tampo = 730 mm do piso e largura livre mínima de 800mm. As propostas para o porta livros foram aumento dos controles de empenamento no processo de produção das peças e desenvolvimento futuro de novo porta livros para conjunto aluno e mesa acessível. Apresentou o conjunto aluno tamanho 5 – CJA-05, na cor verde, informando que o projeto desse produto está disponibilizado nos catálogos técnicos no site da FDE e que está em desenvolvendo o molde do assento. Citou que a identificação do padrão dimensional requer alteração da identificação dos conjuntos para processo de tampografia que é um processo de impressão por transferência indireta de tinta, a partir de um clichê gravado em baixo relevo com o motivo a ser impresso, por um tampão (almofada). É um processo versátil e utilizado para imprimir em superfícies cilíndricas, curvas ou planas, regulares ou irregulares aplicações típicas: brinquedos, aparelhos eletrônicos, vidrarias, eletrodomésticos, brindes, entre outras. Enfatizou que para o manual de uso e conservação, a necessidade de incluir informações do selo de certificação INMETRO e campo para inclusão de informações do fabricante – telefone 0800 e site do fabricante/fornecedor. Em seguida, a palavra aberta aos participantes para manifestação. Os pontos mais importantes tratados durante a audiência foram o prazo de 90 (noventa) dias para a entrega de até 10.000 itens. Foi alegado pela classe empresarial que esse prazo é insuficiente para produzir e entregar essa quantidade, principalmente para os Estados/Municípios mais distantes. A Presidente informou que esse assunto será reavaliado pela equipe técnica. Foi questionado sobre a constituição de consórcio por empresas de médio e grande porte vetadas no pregão anterior. Foi explicado pela Presidente que essa medida foi tomada para evitar a constituição de consórcio de empresas que separadas podem produzir. O incentivo é a constituição de consórcio de até três empresas de pequeno porte para que possam participar, também, da licitação. Outro ponto tratado foi a inclusão do Conjunto Aluno CJA-05 que gerou expectativas quanto ao tempo em que os laboratórios aprovariam os ensaios exigidos para a licitação. Foi esclarecido que outros laboratórios estão entrando no mercado e que os ensaios a serem realizados previam cerca de 20 (vinte) dias. Antes de encerrar a audiência foi informado que demais contribuições poderiam ser enviadas para o e-mail diarp@fnde.gov.br até o dia 9 de maio do corrente ano, para análise da equipe técnica. A audiência encerrou às 13 horas.